

# De espectadores impotentes a cogestores adaptativos: uma comunidade no Parque Estadual da Ilha do Cardoso (Cananeia, São Paulo, Brasil)

Barbara Schröter<sup>1,\*</sup>, Karla Sessin-Dilascio<sup>2</sup>, Camila Jericó-Daminello<sup>3</sup>, Claudia Sattler<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Leibniz Centre for Agricultural Landscape Research (ZALF). Institute of Socio-Economics. Eberswalder Str. 84. 15374 Müncheberg. Germany. E-mail: barbara.schroeter@zalf.de.

<sup>2</sup>Instituto Centro de Vida (ICV). Alta Floresta. Av. Ariosto da Riva, 3473. Centro. Alta Floresta-MT. Brasil (CEP 78580-000).

<sup>3</sup>German Chancellor Fellow at Alexander von Humboldt Foundation. Guest Researcher at Leibniz Universität Hannover. Institute of Environmental Planning. Herrenhäuser Straße 2. 30419 Hannover. Germany.

**Resumo.** Comunidades que vivem em áreas de proteção integral vivenciam situações conflituosas. Neste artigo analisamos o estudo de caso da Comunidade de Marujá, do Parque Estadual da Ilha do Cardoso (PEIC) (Cananeia, São Paulo, Brasil) e demonstramos soluções práticas que podem ser aplicadas para outras áreas protegidas caracterizadas pelos mesmos conflitos. Baseado em entrevistas semiestruturadas, descrevemos o processo de 10 anos (1998 a 2008) em que a comunidade e o parque construíram sua relação. Procuramos entender como, durante este processo, a comunidade passou de espectador impotente para cogestores adaptativos. Nossos resultados mostram que a comunidade conseguiu desenvolver sua capacidade adaptativa só com a ajuda externa. A gestão do parque auxiliou neste processo por meio de mecanismos como a negociação participativa e deliberativa da tomada de decisão sobre as regras do parque através de um conselho, um plano de manejo participativo e a institucionalização da organização comunitária.

**Palavras-chave:** Áreas protegidas; Engajamento comunitário; Cogestão; Conflitos de uso de terra; Governança.

**Abstract.** *From impotent spectators to adaptive cogestors: a community in the Parque Estadual da Ilha do Cardoso (Cananeia, São Paulo, Brazil).* Communities which are living in protected areas are experiencing situations of conflict. In this article the case study of Marujá Community in Ilha do Cardoso State Park is analyzed and practical solutions are presented that may be applied in other protected areas which suffer from similar conflicts. Based on semi-structured in-depth interviews we describe the ten-year process (1998-2000) during which the

Recebido:  
27/10/2017

Aceito:  
06/04/2018

Publicado:  
30/04/2018



Acesso aberto



## ORCID

0000-0001-8066-8446  
Barbara Schröter

0000-0002-3799-0568  
Karla Sessin-Dilascio

0000-0003-1753-4781  
Camila Jericó-Daminello

0000-0002-5588-5075  
Claudia Sattler

community and the park built their relation. We try to understand how, during this process, the community passed from the state of a powerless spectator to an adaptive co-manager. Our results show that the community could develop their adaptive capacity only with external help. The park administration supported the process including mechanisms for participative and deliberative decision taking about the park rules in a council, a participative management plan and the institutionalization of the community organization.

**Keywords:** Protected areas; Community engagement; Co-management; Land use conflicts; Governance.

## Introdução

A percepção do povo tradicional caíçara no Brasil está dividida. Enquanto pessoas da corrente ideológica preservacionista vê-los como anjos caídos, as da ideologia socioambiental qualificam-no como nobres selvagens. Segundo a legislação ambiental, os caíçaras já não são parte da temática de conservação, pois perderam o seu estilo de vida tradicional e a indústria turística vende-os como um povo que apresenta possibilidades em resgatar as suas tradições, vivendo em harmonia com a natureza (Idrobo et al., 2016). Essa situação torna-se especialmente complicada quando este povo vive dentro de uma unidade de conservação (UC), dado que as metas destes povos tradicionais e as regras da conservação estabelecidas para as unidades de conservação (UC) são distintas (Arruda, 1999).

Para entender como o povo chegou neste dilema este estudo busca averiguar o caso de uma comunidade caíçara que mora dentro de uma UC de Proteção Integral no Vale do Ribeira, no extremo sul do Estado de São Paulo.

Os modelos de conservação tendem a subestimar a importância histórica e a enorme influência das comunidades tradicionais sobre a gestão sustentável dos recursos (Diegues e Nogara, 2005). Trabalhos específicos sobre comunidades que se localizam dentro de áreas protegidas (Brandon, 1995; Dowie, 2006) tentam mostrar a perspectiva do conflito entre

conservação e desenvolvimento (Abakerli, 2001; Puppim de Oliveira, 2002; De Souza Pimentel e Magro, 2011; Jones et al. 2012; Nordlund et al. 2013) sob a percepção das comunidades (Matta e Alavalapati, 2006) ou de sua participação na tomada de decisão dos processos de gestão ambiental sustentável (Fraser et al. 2006; Suich, 2013; Bockstael et al., 2016).

A forma como as comunidades reagem e adaptam-se ao ambiente está intimamente relacionada com a sua tradição, suas habilidades e cultura (Dowie, 2006). O conhecimento sobre “ciclos naturais” obedece à reprodução ecológica de recursos naturais e minimiza o impacto de suas atividades sobre os serviços ecossistêmicos (Diegues e Nogara, 2005). Por isso, Folke et al. (2005) asseguram que “a avaliação ecossistêmica baseada na comunidade é o caminho mais direto para a compreensão do relacionamento complexo entre serviços ecossistêmicos e bem-estar humano”.

No Brasil, o processo de reconhecimento sobre a importância das comunidades tradicionais para a conservação iniciou-se com as discussões e tratados internacionais, como a Conferência de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (Rio-92) e a Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Em 2000, o governo brasileiro reconheceu o papel das populações tradicionais na preservação ambiental com a aprovação da Lei nº 9.985/2000, que instituiu o

Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). A partir deste marco, a literatura brasileira sobre gestão de áreas protegidas incluiu o histórico sobre conservação nas descrições de leis ambientais (Mittermeier et al., 2005; Rylands e Brandon, 2005; Santilli, 2005) a eficiência da gestão de áreas protegidas (Lima et al., 2005; WWF-Brasil e ICMBio, 2012) e conflitos relacionados a esta temática (Diegues e Vianna, 1995; Arruda, 1999; Benatti et al. 2003; Parada, 2004; Diegues e Nogara, 2005).

Este artigo, ao trazer esta temática, averigua o processo de adaptação de uma comunidade caiçara às regras de uso ambiente que foram se modificando no decorrer do tempo. Essa adaptação pode ser explicada com a mudança institucional da teoria do neoinstitucionalismo (March e Olsen, 1984; Peters, 1999; Thelen, 1999). Segundo este, instituições são entendidas como restrições construídos pelos grupos sociais e que estruturam a interação política, econômica e social. Instituições podem ter regras formais como constituições, leis, direitos de propriedade, regras informais como sanções, costumes, tradições, e formas de conduta (North, 1991). Instituições podem ser estáveis e se autoproduzem. Se ficam estáveis, fala-se de dependência do caminho (*path dependency*), o qual só se pode trocar no caso que se encontram janelas de oportunidades para mudar do caminho. Motivos para a mudança institucional podem ser utilitaristas funcionalistas com base nos poderes referindo-se a legitimidade. Os mecanismos da mudança institucional são pressionados, segundo os motivos mencionados, por aumento da competição, processos de aprendizagem social, choques exógenos, o enfraquecimento de elites, o fortalecimento de grupos subordinados ou, por causa das mudanças de valores ou crenças subjetivas dos próprios atores (Mahoney, 2000).

Instituições são as regras do jogo e os atores são os jogadores do jogo

(North, 1990). Governança refere-se à interação dinâmica de atores em relação às regras (Andersen e Shafroth, 2010). Gestão comunitária é um dos três modelos de governança, junto às hierarquias e mercados (Vatn, 2010). Na realidade, formas híbridas destes três modelos ideais são mais prováveis, assim como a cogestão, a qual os usuários locais do recurso e atores governamentais compartilham o poder e a responsabilidade da gestão daquele mesmo recurso (Berkes et al. 1991; Carlsson e Berkes, 2005; Fabricius et al., 2007; Armitage et al., 2008; Berkes, 2009; Bisaro et al. 2010; Schröter et al., 2014; Sessin-Dilascio et al., 2014).

A cogestão é particularmente investigada e vista como importante para a administração de recursos de áreas comuns (Ostrom, 1990; Agrawal e Gibson, 1999; Cox et al., 2010; Gruber, 2010). Particularmente, Ostrom (1990, 2007) e Ostrom e Basurto (2011) investigaram como comunidades locais cooperam para compartilhar os recursos, como evitam a superexploração (*overuse*) e como buscam assegurar a sobrevivência das gerações futuras. Os autores também desenvolveu o conceito da policentricidade, referindo-se às relações de autoridades múltiplas com competências que se sobrepõem e que podem encontrar-se em níveis múltiplos (Andersson e Ostrom, 2008) de governança (Bache, 2004; Paavola, 2008; Schröter et al. 2014; Sattler et al. 2016).

Dentro deste marco teórico utiliza-se Fabricius et al. (2007) para operacionalizar a mudança institucional. O processo de adaptação da Comunidade de Marujá é analisado a partir da delimitação do Parque Estadual da Ilha Cardoso (PEIC) e suas restrições de uso dos recursos naturais. Inicialmente, apresentando-se como espectadores impotentes, a Comunidade de Marujá, que se encontra dentro do parque, passa de atores cooperantes até se tornar cogestores adaptativos. Em particular, pretende-se analisar as seguintes indagações: Quais os elementos que

contribuíram para a Comunidade de Marujá passar de espectadores impotentes para cogestores adaptativos? Portanto, quais são as janelas de oportunidade para a mudança institucional?

O resultado da análise pode servir como exemplo de boa prática e de inspiração para outras áreas protegidas que apresentam comunidades dentro de seu território.

## Material e métodos

### Abordagem teórica

Para responder às questões da pesquisa, analisou-se a teoria institucional e as mudanças que aconteceram durante os 10 anos do processo de gestão do PEIC, para entender como a comunidade usava as janelas de oportunidade para se adaptar.

Para entender a mudança institucional usou-se a abordagem do modelo de Fabricius et al. (2007), testando a capacidade de governança adaptativa da Comunidade de Marujá às pressões externas trazidas com a delimitação do PEIC.

O termo cogestão refere-se à partilha de poder e responsabilidade entre o governo e usuários dos recursos locais (Berkes, 2009:1691) e é usada para descrever as parcerias entre diferentes atores: públicos, privados ou da sociedade civil em geral. Cogestão adaptativa se refere a um passo adiante, ou seja, inclui a possibilidade de adaptação a um contexto de mudança baseado principalmente na aprendizagem social e adaptação institucional. Assim, a cogestão adaptativa é definida como "um processo pelo qual os arranjos institucionais e conhecimento ecológico são testados e revisados em um processo dinâmico, contínuo e auto-organizado de aprendizado através da prática" (Folke et al., 2002:20). Este trabalho direciona o olhar para a Comunidade de Marujá quanto às suas estratégias de adaptação da gestão dos recursos naturais às novas condições postas pelo PEIC.

Fabricius et al. (2007) apresenta o modelo de cogestão adaptativa voltada à resposta das comunidades às pressões externas que geram impactos na gestão dos serviços ecossistêmicos e no bem-estar das comunidades. Os autores diferenciam três escalas de resposta das comunidades às mudanças: a) espectadores impotentes, b) atores cooperantes e c) cogestores adaptativos. Há a possibilidade de alternar entre as diferentes fases ou no desenvolvimento de uma em relação à outra.

**Espectadores impotentes** são comunidades que não têm capacidade de adaptar-se e de autogovernar-se, uma vez que não têm acesso a inovações financeiras e tecnológicas e o acesso aos recursos naturais é restrito, suas instituições são informais, sua execução arbitrária e não têm contato com outras instituições e redes. Consequentemente, estas comunidades não têm capacitação. Esta situação pode ser causada por fatores que se encontram fora de seu controle, como opressão política, direitos informais de propriedade e de sistemas de posse, empobrecimento financeiro ou estruturas inadequadas de governança. **Atores cooperantes** são comunidades que têm a capacidade de responder a problemas, mas carecem de instituições de ensino social. Eles contam com os serviços ecossistêmicos sem investir em sua gestão, já que apresentam pouca liderança, visão e motivação. Por este motivo, comportam-se de forma reativa e baseada em respostas de curto prazo, em vez de desenvolver estratégias de adaptação de longo prazo. Um exemplo de tais estratégias pode ser a migração quando as pessoas se tornam conscientes da origem de uma escassez.

Finalmente, se as comunidades têm a capacidade de responder e lidar com as mudanças, elas são consideradas **cogestoras adaptativas**. Por apresentarem instituições de aprendizagem social, elas desenvolvem uma perspectiva de longo prazo para lidar com ameaças sociais, além de agir e voltar-se para

estratégias adaptativas focadas na gestão sustentável. Com essas estratégias, as comunidades tiram proveito da liderança e visão, colaborando com outros grupos, formando redes de conhecimento e criando instituições policêntricas. As comunidades promovem vínculos entre

cultura e gestão e utilizam políticas viáveis. Consequentemente, o seu nível de motivação é alto e eles são apoiados por instituições de níveis burocráticos mais altos, incluindo legislações favoráveis e organizações que as conectam (Tabela 1).

**Tabela 1.** Estágios da comunidade quanto à adaptação as intervenções externas.

	Descrição	Objetivo da comunidade	Planejamento das ações	Tipo de resposta	Aprendizagem	Janela de oportunidade para câmbio institucional
Espectadores impotentes	Pouca capacidade de governança e adaptação; Ausência de alternativas em relação a instituições, redes de contato e conhecimento; Falta conhecimento sobre impactos a que estão sujeitos.	Ausente	Ausente	Reativa	Ausente	Aumento da competição e choques exógenos por pessoas externas.
Atores cooperantes	Capacidade de se adaptar; Não há manejo dos sistemas socioecológicos; Ausência de capacidade de governança pela ausência de líderes e visão.	Sobrevivência no território	Planejamento de curto prazo	Reativa, oportunista	Limitada pela experiência individual e inovação	Processos de aprendizagem social, fortalecimento de grupos subordinados.
Co-gestores adaptativos	Comunidades que têm capacidade de se adaptarem; Capacidades de governança para manter e internalizar adaptações de longo prazo; Liderança e visão de longo prazo. Instituições policêntricas que proporcionam a construção de políticas públicas.	Sobrevivência e manejo sustentável dos sistemas socioecológicos	Planejamento de longo prazo	Proativa, planejada	Extensiva, através da troca de conhecimento intrageracional e desenvolvimento institucional	Choques exógenos por novas leis ou a troca de valores ou crenças subjetivas de atores.

Adaptado de Fabricius et al. (2007).

### Coleta e análise de dados

Os dados foram coletados em entrevistas qualitativas e observação participante (Bailey, 2008), que ocorreram durante três visitas de campo no Município de Cananeia e na Comunidade de Marujá, entre junho de 2012 e maio de 2013. O estudo encaixou-se em um projeto de pesquisa mais abrangente que teve aprovação do Comitê de Ética da instituição pesquisadora e, ao qual, os moradores da comunidade deram seu consentimento.

As entrevistas qualitativas foram realizadas com especialistas que trabalham na administração do parque e com pessoas da comunidade local. O total de 28 entrevistas semiestruturadas e

presenciais foram realizadas (18 com membros da comunidade, sete com servidores da administração do parque e três com especialistas acadêmicos e representantes de organizações civis). Os entrevistados foram escolhidos por sua relevância na gestão do parque e na governança da comunidade. Também foi usado o sistema de “bola de neve” (Goodman, 1961) como o sistema mais confiável de entrevistar os moradores realmente comprometidos nos processos de organização da comunidade e que não seriam visíveis para observadores externos. Neste sistema, o pesquisador começa entrevistando uma pessoa de contato e elege o próximo entrevistado por meio das sugestões da pessoa

entrevistadas que indica as pessoas conhecidas que são experts no tema. Desta forma a amostra está crescendo como uma bola de neve (Browne, 2005; Reed et al., 2009).

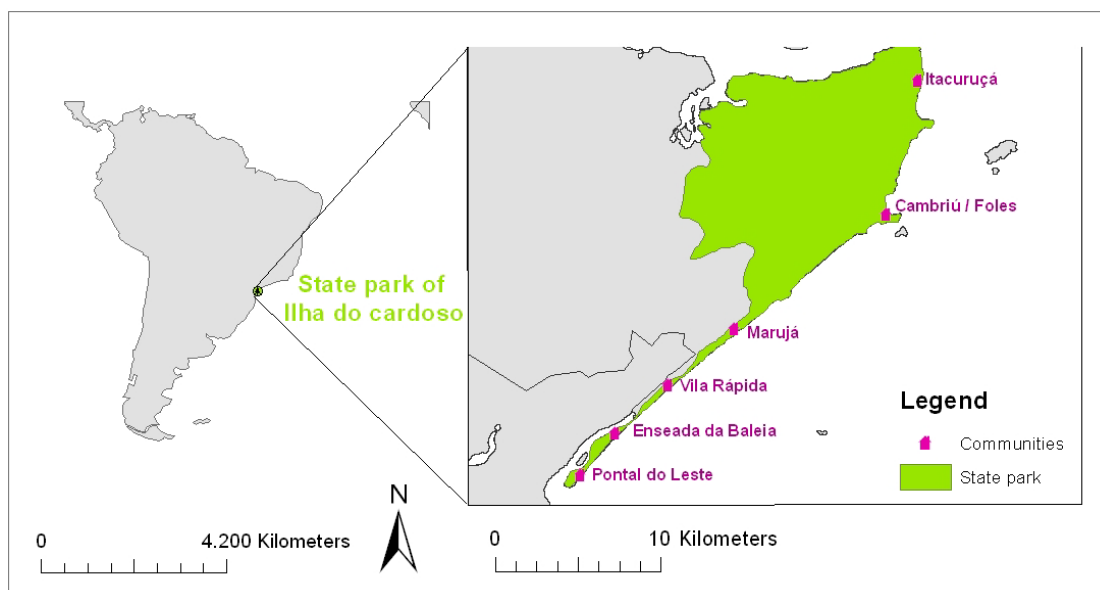
Todas as entrevistas foram realizadas em língua portuguesa, gravadas com o consentimento dos entrevistados e posteriormente transcritas. As entrevistas duraram em geral, entre 20 e 120 min e foram conduzidas na casa dos entrevistados ou em locais próximos, nos escritórios dos servidores da administração, ou em espaços públicos nas proximidades. O guia de orientação da entrevista, que incluiu um estudo mais amplo sobre os modelos de governança do parque, foi concebido para recolher informações sobre atores, suas atividades e interações, desenvolvimento e aplicação das regras do parque estadual, bem como a sua eficácia, eficiência e regras. Foi testado numa fase piloto nas três primeiras entrevistas, mas como não precisou de adaptação, estas foram incluídas na análise. As entrevistas foram analisadas numa análise qualitativa de conteúdo com o *software* MaxQDA e codificadas conforme os

temas consultadas na guia da entrevista (Kuckartz, 2014).

A observação participativa complementou as informações das entrevistas. Durante esta fase, os membros da comunidade foram acompanhados em sua vida diária e atividades, como por exemplo em reuniões, palestras, workshops, entre outros, e em situações em que eles interagem com diferentes atores locais, como em reuniões informais (Fenno, 1986; Lamnek, 1995; Berg, 2004).

### Objeto de estudo: a Comunidade de Marujá

A Comunidade de Marujá está localizada no interior do Parque Estadual Ilha do Cardoso, que por sua vez faz parte do Complexo Estuarino-Lagunar de Paranaguá-Iguape-Cananeia na Região do Vale do Ribeira, entre o Estado de São Paulo e o Estado do Paraná (Figura 1). O vale tem a maior porção contínua de Mata Atlântica, por isso é considerado uma das áreas mais importantes para a conservação deste bioma (Rodrigues, 2001; Campolim et al., 2008).



**Figura 1.** Localização do Parque Estadual da Ilha do Cardoso. Fonte: Schröter (2014).

A Comunidade de Marujá é uma das seis que vivem no interior do parque estadual. Administrativamente, ela pertence ao Município de Cananeia, situado no continente. Cerca de 180 pessoas vivem na comunidade. Reconhecidos como povos tradicionais definidos pela legislação brasileira como "grupos, que são culturalmente diferentes, e que se reconhecem como tais, que têm a sua própria organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, reprodução ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e metodologias criadas e transmitidas por sua tradição" (Decreto nº 6.040/2007, art. 3º, I, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais).

Os povos tradicionais no PEIC são caiçaras, uma mistura étnico-cultural de povos indígenas, colonizadores portugueses e, em menor grau, de escravos africanos. O termo caiçara foi introduzido pelos nativos Tupi-Guarani e utilizado para as estacas instaladas em torno das vilas, ou para o curral usado para cercar o peixe e mais tarde para as cabanas perto da praia para armazenar ferramentas de pesca (Adams, 2000). Geograficamente, os caiçaras são distribuídos ao longo da costa brasileira entre os municípios do Rio de Janeiro e de Paranaguá, incluindo os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná (Diegues, 2004). Seu modo de vida é baseado na agricultura itinerante, em atividades de pesca de pequeno porte, na extração de plantas e no artesanato.

Willems (2003) lista as seguintes características da cultura caiçara: as pessoas formam uma associação de pesca e agricultura. As lideranças locais são baseadas no núcleo familiar, e as famílias organizam-se nos chamados mutirão, ações coletivas focadas na resolução de problemas comunitários, e às vezes individuais, uma espécie de trabalho associativo, iniciada quando e onde a

força de trabalho é necessária. Tradicionalmente, o mutirão foi concebido para terminar a colheita num determinado período ou com o objetivo de amplificar o campo agrícola (Mourão, 1971).

Até a metade do século XX, os caiçaras viviam da agricultura de subsistência praticada nos quintais onde produziam arroz, mandioca, feijão entre outros. Sua alimentação era complementada pelo pescado (De Oliveira Cunha, 2004; Ramires e Barella, 2004; Fernandes, 2004) e plantas da floresta (Hanazaki, 2001; Miranda et al., 2011). Seu modo de vida baseado no contato e dependência dos recursos naturais agregou aos caiçaras expressivo conhecimento e respeito à natureza.

Partes dessa vida tradicional dos caiçaras foi possível ser mantida ao longo do tempo, como por exemplo a manutenção da importância do núcleo familiar e da cooperação comunitária em forma do mutirão. No entanto, outras partes foram sendo modificadas desde meados do século XX, como por exemplo a agricultura de subsistência e a introdução do trabalho no setor turístico.

## Resultado

### **A comunidade como espectador impotente**

A Comunidade de Marujá foi exposta a dois tipos de pressão: a criação do Parque Estadual em 1962 e o desenvolvimento do turismo na ilha.

Após a década de 1950, os residentes começaram a sofrer com a especulação imobiliária (Gadelha, 2008), e um número crescente de turistas visitavam as comunidades, como resultado, principalmente, da facilidade de acesso ao litoral sul. Isto ocorreu após a construção da Rodovia Régis Bittencourt (BR-116), que melhorou o acesso à ilha e aumentou o fluxo migratório para a região. Nesta época, o governo tinha baixa incidência no território e a ilha estava sujeita a construções irregulares, como casas de

veraneio à beira mar e projetos de *resort* de luxo (Gadelha, 2008). Algumas partes da ilha foram loteadas e vendidas, principalmente para famílias de alto poder aquisitivo em São Paulo (Marinho, 2013). Assim, durante as décadas de 1970/1980 a ilha recebia turistas como: 1) donos de casas de verão (veranistas), 2) pescadores amadores; 3) donos de *yachts*; 4) turistas de camping e 5) turista de “pousadas” que ficavam hospedados nas casas dos comunitários feitas de pousadas improvisadas.

Em 1962, a gestão do PEIC ainda era pouco institucionalizada, sendo baixa a implementação de regras. A rápida mudança no modelo de gestão com o estabelecimento de regras mais claras privaram a comunidade da prática de atividades tradicionais, como a agricultura (Gadelha, 2008; Marinho, 2013).

Contra estas duas ameaças, ausência de regras do parque e turismo, a comunidade apresentava-se como um “espectador impotente”. Os comunitários não tinham direito à terra e com as novas regras restritivas estavam privados do direito de permanecerem na ilha. Os comunitários não tinham permissão de usar os recursos naturais, os quais usavam há tanto tempo para a sua subsistência.

Desta maneira, a comunidade tornou-se vulnerável às pressões externas trazidas pelos dois vetores apresentados acima. A falta de opções financeiras, infraestrutura e instituições informais tornaram a comunidade vulnerável. A falta de representatividade na gestão do parque deixava a comunidade a mercê dos interesses da administração, que se baseavam nos princípios da preservação (humanos devem ser excluídos dos ambientes naturais preservados), apoiados pelo modelo de governança *top-down*.

Entre 1962 e 1982, as regras do parque somente existiam no papel e não eram executadas, além de não existir a fiscalização e o monitoramento. Durante a década de 1970, o “modelo de

administração” baseou-se na implementação do centro de pesquisa, o Centro de Pesquisas Aplicadas de Recursos Naturais da Ilha do Cardoso (CEPARNIC) e o Núcleo Perequê surgiam como um modelo de administração que se apresentava falho.

As pressões externas a que eram submetidos os obrigaram a modificar sua economia de subsistência. Em sua tese “Proibido Trabalhar”, Gadelha (2008) explica as dificuldades vividas na Ilha do Cardoso após os anos de 1960, momento em que as comunidades foram impedidas de praticar a agricultura. Os problemas criados pelo turismo, a gestão do parque e a obrigatoriedade de cumprimento das regras que ameaçavam a sobrevivência e a existência cultural das comunidades do parque vieram acompanhados de outras diversas proibições: 1) como unidade de conservação de proteção integral, o parque não poderia ser habitado; 2) estava proibida a permanência de casas de veraneio, 3) novas construções foram proibidas; 4) a agricultura foi proibida; 5) a caça foi proibida; 6) a extração de madeira e plantas da natureza foi proibida.

Esse parque não podia ter habitantes, então os moradores iriam embora, os que não saíssem não poderiam fazer roça, não poderiam caçar, não podia tirar nada do mato, daí essa população desde 64, eles começaram a sair, maciçamente. (Expert 1)

Um resultado deste processo foi a migração intensa dos comunitários para as cidades. Cerca de um terço de toda a população foi obrigada a migrar. Os que permaneceram no parque tiveram que modificar seu modo de vida, começaram a vender peixes ou trabalhar com turismo, muitas vezes como empregados nos empreendimentos criados por pessoas de fora da comunidade.

Durante o período descrito, as instituições da Comunidade de Marujá foram informais, pouco efetivas e



isoladas, o que refletia na falta de governança e adaptabilidade da comunidade, cujo futuro estava à mercê dos interesses da administração do parque. A resposta da comunidade era reativa e não existia planejamento de suas ações quanto às intervenções do parque ou na direção de um planejamento de futuro comunitário.

### **Atores cooperantes**

A liderança baseada no núcleo familiar dificulta a criação de instituições fortes entre todos os membros da comunidade. As diferenças entre as famílias caiçaras muitas vezes levam à desunião frente a uma causa comum. Na Comunidade de Marujá não foi diferente, as famílias desunidas, ficaram à mercê das pressões externas.

Nesta época o parque e as comunidades sofriam com o turismo desordenado. A Comunidade de Marujá em especial recebia mais de 1.000 turistas nas épocas de alta temporada (Natal, Ano Novo e Carnaval), que acampavam ou alugavam casas de veraneio. Como as instalações turísticas eram básicas e o local certo para a destinação do lixo não era suficiente para o alto volume de pessoas (por exemplo, dois banheiros para 100 barracas), a comunidade sofria com a grande quantidade de lixo deixada pelos turistas e o aumento do esgoto, que corria a céu aberto e era despejado diretamente no estuário.

Quando entrei lá tinha garrafas de pinga na trilha, copos, lixos e essa situação da comunidade não foi a favor do Turismo. (Diretor 1)

Nesta época, casas eram construídas nas áreas de manguezal e barracas eram instaladas aleatoriamente pela comunidade. O uso de drogas era alto e não havia restrições de horário para festas e bares. Os comunitários descrevem esta época como de total caos.

*A entrada de turista, antes não tinha controle, entrava quem queria, acampavam aonde queriam, deixavam sujeira. (Morador 11).*

O ponto de mudança deu-se quando um pai de família da comunidade tomou as rédeas da liderança e da luta da permanência dos moradores tradicionais no território. Embora não reconhecido por todas as famílias, esta liderança comunitária iniciou o processo de mobilização da comunidade em torno de uma pauta comum: “A permanência da população tradicional caiçara no parque”. Neste processo, a comunidade organizou reuniões para discutir e prevenir ameaças a pressões externas, como o estabelecimento de novas construções e lotes, e construiu um plano de gestão comunitária.

Nós tínhamos uma dinâmica da comunidade já de muito tempo de organização comunitária, tentativa de resoluções dos problemas que surgiam, [...] A gente fazia assembleia para ver e colocar quais eram os problemas levantados. (Representante AMOMAR 1)

A partir deste momento, as pessoas passaram a criar capacidade de resposta aos problemas comunitários. Incentivados pelo “líder” a comunidade começou a organizar reuniões. Esta organização inicial da comunidade permitiu sua articulação com atores externos que trouxeram tecnologia para a superação de problemas locais, como o suprimento de água através de sistema de coleta de água potável e a construção de caixas ecológicas para tratamento de esgoto.

A comunidade não mais respondia reativamente às ações externas, ao contrário, começou a organizar-se e fortalecer suas regras internas para lutar pela sua permanência e sobrevivência no território. O processo de fortalecimento foi iniciado por uma liderança que

conseguiu alguns resultados para a comunidade, reflexos do início de uma articulação com atores externos.

No entanto, a comunidade ainda dependia economicamente da relação do turismo de veraneio (atores externos), o território era amplamente ocupado pela população não-tradicional e a exploração de recursos naturais por atores externos era alta.

A governança comunitária não estava fortalecida ao ponto de manejar os sistemas socioecológicos nem de se adaptar às pressões externas. Sua liderança e normas ainda precisavam ser estabelecidas.

### **Cogestores adaptativos**

Durante os anos de 1980 e 1990, puxado por eventos internacionais, a conservação ambiental tornou-se um tópico importante no Brasil, às quais as pessoas começaram a discutir e engajar-se. Nestes anos, a responsabilidade da administração do parque mudou do Instituto Florestal (IF) para a Fundação Florestal (FF). A mudança da responsabilidade de gestão foi um dos facilitadores para a elaboração do plano de manejo. O IF é um órgão de pesquisa, seus servidores interagem como pesquisadores, não como gestores. Por outro lado, o FF é um órgão de gestão.

Com o estabelecimento da Lei Federal nº 9.985/2000, que instituiu o SNUC, a situação das UC mudaram. O SNUC englobava os conceitos advindos dos movimentos preservacionistas e socioambientalistas e incluiu a participação social como um dos pilares da nova lei. A partir do SNUC todos os parques do Brasil tiveram seus conselhos instituídos e estabelecidos como importante instrumento na gestão. A mudança das configurações políticas apoiava a solução encontrada para os problemas.

Em 1997, iniciou-se o processo de elaboração do plano de manejo do PEIC, liderado pelo Programa de Proteção da Mata Atlântica (PPMA). Uma das mais importantes conquistas da elaboração do plano de manejo foi a criação do

conselho do parque (naquele tempo chamado de Comitê de Apoio à Gestão).

O Conselho tornou-se uma instituição policêntrica, um link formal entre os *stakeholders*, e promoveu a interação entre atores de diferentes níveis de governança. Caracterizado como uma plataforma de comunicação com representatividade de cada comunidade do parque, a direção da unidade de conservação, os monitores de educação ambiental e guardas-parque, assim como a polícia ambiental e representantes de instituições formais do Município de Cananeia (Secretarias de Turismo e Meio Ambiente) e organizações não-governamentais. As instituições trabalham juntas, trocam conhecimento e discutem os problemas atuais. Embora o conselho tenha função consultiva, o diretor do parque normalmente aceita a decisão da maioria.

Quando se criou o Conselho no Plano de Gestão, queríamos o Conselho Deliberativo, o Estado não deixou, tornou ele Construtivo. Esse Conselho tem de ser paritário, se tiver uma votação a gente pode disputar em igualdade e condição. (AMOMAR 1)

Ele [o diretor] agia como se tudo que era definido do Conselho, o Instituto Florestal que é Instituição mais reacionária conservadora desse Estado, ele achava que o Instituto iria obedecer as decisões do Conselho. (Expert 1)

Em 1998, a institucionalização da Comunidade de Marujá formalizou-se com a criação da Associação dos Moradores de Marujá (AMOMAR). AMOMAR é uma associação auto-organizada, auto-estabelecida, impulsionada por preocupações ambientais e sociais da comunidade. Seus principais objetivos são a luta para a permanência dos moradores tradicionais no parque, a melhoria da sua qualidade de vida e a preservação do meio ambiente. Todo residente é automaticamente parte da

AMOMAR. A cada dois anos são feitas eleições para presidente e outras doze cadeiras da associação (ninguém recebe pagamento para as funções desenvolvidas). O presidente escolhido é formalmente considerado líder da comunidade. A diretoria tem encontros mensais, e reuniões com toda a comunidade são marcadas quando o problema a ser resolvido escapa da possibilidade de decisão da diretoria.

A criação da AMOMAR, as melhorias no processo de gestão trazido pela criação do conselho gestor, a elaboração do plano de manejo e o envolvimento do diretor do parque com as questões socioambientais trouxeram diversos avanços na direção de uma justiça ambiental mais robusta para as comunidades.

Hoje estamos entrando em acordo com o Parque para que ela ouça a AMOMAR e também temos os representantes que fazem parte da AMOMAR e fazem parte das reuniões do Conselho do Parque. (AMOMAR 7).

A AMOMAR junto com a direção do parque tentaram juntos, colocar ordem ao turismo caótico que havia se estabelecido.

Uma coisa boa que eles fizeram foram o controle com o turismo, antes eles deixavam o lixo tudo aqui, hoje não, eles já não podem fazer isso, controlam o número certo de visitantes. (Morador 8)

A intervenção foi escalonada, focamos na questão do lixo, montamos um batalhão de voluntários, monitores, limpar, limpar, mexendo com a Comunidade, hoje tem mutirões e não aglomerados de lixo. (Diretor 1)

Juntos eles realizaram assembleias que se caracterizaram em uma reunião de discussão e negociação conjunta entre o parque e a comunidade. O parque reconhece, desta maneira, a

instituição da comunidade e sua importância na participação das decisões para definição de regras de conservação e uso do território.

Nunca o conselheiro vai sozinho, sempre tem gente da comunidade. A maior participação no Conselho é de Marujá. Quando chegamos à reunião já tem a ata pronta dessa reunião o que vai ser discutido, quando queremos discutir outro assunto vai para próxima ata que será na próxima reunião (AMOMAR 2).

Juntos eles conseguiram expulsar os residentes não-tradicionais (donos das casas de veraneio), ordenar o número máximo de barracas e de turistas que cada família poderia receber, sempre alinhada ao número de sanitários disponíveis. Foram estabelecidos horário limite para festas e bares, cachorros foram proibidos e foi estabelecida uma pequena taxa por turista recebido, e uma pequena taxa mensal pela água, ambas pagas para a AMOMAR na busca da sua sustentabilidade financeira.

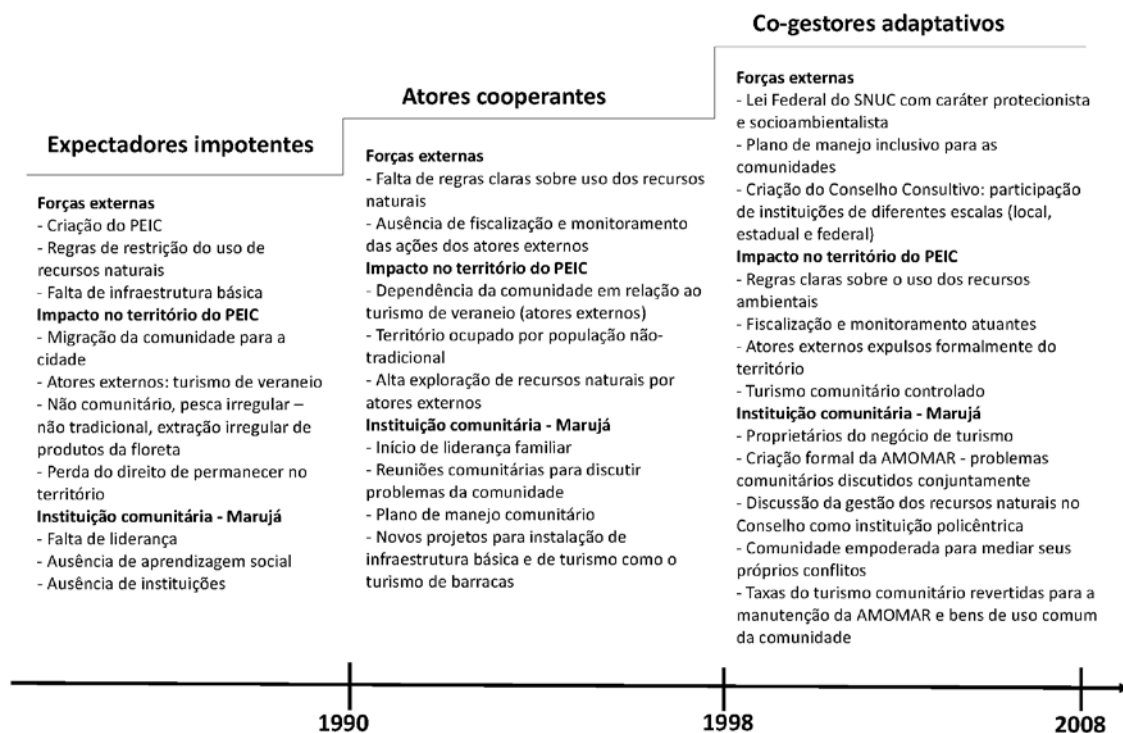
Quando fundamos AMOMAR tínhamos alguns ocupantes não-tradicionais que tinham comércio, já saíram, foram mandado embora, além de não ter nenhum comércio de gente estranha, não tem ninguém estranho dentro do Parque. (AMOMAR 1)

Os residentes tornaram-se donos de seu negócio turístico, que também os motivava a engajar nas atividades de governança. Estas resoluções trouxeram a comunidade de volta para o manejo sustentável do turismo, entrando em equilíbrio com sua identidade cultural. Um exemplo é a exigência do parque em manter a arquitetura das casas tradicionais, para que fosse permitido o recebimento de turistas.

As regras foram aceitas e respeitadas por toda a comunidade, uma vez que eles mesmo foram os responsáveis por sua formulação. Os

comunitários passaram a auxiliar o parque no monitoramento de ações ilegais de caça, corte de árvores, extração ilegal de palmito e construções por invasão. Desta maneira as regras do

parque eram monitoradas a partir da cooperação entre a administração, a comunidade, os guardas-parque, a polícia ambiental e os monitores ambientais.



**Figura 2.** Engajamento da Comunidade de Marujá quanto ao grau de adaptação e governança.

A comunidade passou não apenas a se preocupar com sua sobrevivência, mas inseriu o discurso ambiental em seu dia-a-dia. Conseguiram contribuir para as ações de gestão do Parque e se tornaram autônomos no monitoramento das próprias regras. Com uma instituição forte (AMOMAR) e conexões entre outras instituições dentro do conselho, a comunidade se empoderou de seus próprios problemas e criou a capacidade de dialogar com outras instituições e, desta maneira, se adaptar as pressões externas. A capacidade os instrumentos de governança (eg. assembleias, reuniões de diretoria e regras comunitárias) foram internalizadas por todos os comunitários, prevalecendo até os dias de hoje. A liderança fortalecida é

reconhecida e legitimada por instituições externas (Figura 2).

## Discussão

A Comunidade de Marujá apresenta um exemplo positivo de como lidar com as mudanças de desafios ambientais e socioeconômicos. O primeiro passo foi a melhoria de sua capacidade adaptativa, momento no qual a comunidade tornou-se “ator cooperante”. Como segundo passo, a comunidade aprimorou sua capacidade de governança para se tornar “cogestor adaptativo”. O estudo de caso examinado preenche as características levantadas por Fabricius et al. (2007), liderança, colaboração, transferência de conhecimento, instituições policêntricas, vínculo

entre cultura e gestão, permitindo fomentar políticas e motivação.

No geral, o conceito proposto por Fabricius et al. (2007) para a análise de mudanças na governança comunitária e seu status quanto à adaptação funcionou bem para este estudo de caso. No entanto, é necessário adicionar alguns aspectos ao conceito em uma análise.

Primeiramente, alguns elementos que os atores chamam de estratégias são claramente elementos de contexto como opressão política, direitos sobre a terra, existência de estruturas de governança, janelas políticas e instituições policêntricas. A comunidade não pode ativamente influenciar estes elementos e necessita esperar por mudanças favoráveis ou tentar mudá-las, o que é mais difícil. Por isso, deve-se concentrar a análise nas condições existentes em que as comunidades podem trabalhar no sentido de melhorar sua performance.

Outro elemento que deveria ser adicionado ao framework de Fabricius et al. (2007) é que as regras que as comunidades elaboram servem tanto internamente como externamente, não só para a comunidade, mas também para os agente externos. Além disso, é necessário levar em consideração os elementos que monitoram a estabilidade da condição de equilíbrio dinâmico estabelecida, uma vez que a governança adaptativa está aberta a mudanças ao longo tempo.

Em terceiro lugar, não está claro se todas as condições devem se dar ao mesmo tempo para que a comunidade se adapte. Qual seria a condição mais importante? Seria possível fazer um ranking entre elas?

Pensando no estudo de caso, as condições essenciais para a adaptação são as organizações de base e janelas políticas que apoiam a rede e a cooperação entre diferentes níveis: *redes* internas, entre os comunitários; e externas, entre a comunidade e a administração do parque. Por sua vez, a motivação cresce de acordo com a mudança destas condições.

Em quarto lugar, a comunidade não passou sozinha de um estágio de “atores cooperantes” para “cogestores adaptativos”. Além do mais, existe um estágio intermediário onde a administração do parque, junto com iniciativas governamentais, criou os mecanismos participativos que trouxeram reconhecimento e empoderamento da comunidade nas decisões de gestão. Havia diversas janelas de oportunidade para a mudança e que foram aproveitadas pela comunidade (Tabela 1). A adaptação foi uma combinação da mudança constante entre instituições *bottom-up* em consonância com instituições *top-down*.

Enquanto o manejo *top-down* do parque não funcionou e, na realidade, foi quase ausente durante décadas, permitiram que iniciativas *bottom-up*, como a AMOMAR, fossem formadas. Por outro lado, sem a aproximação das instituições *top-down* no conselho do parque, a comunidade nunca teria a chance de se engajar ativamente nas ações de gestão do PEIC. É como uma espécie de mudança de paradigma para a instituição formal do parque. Consequentemente, o que outras comunidades e outras administrações de áreas protegidas podem aprender deste estudo de caso é a estratégia de aprender e inserir métodos que permitam a aprendizagem social e tecnologias sociais nas esferas de participação comunitária no manejo ambiental. Essa pode ser a real estratégia de mudança de processo e as configurações para governança e adaptação (maiores explicações podem ser encontradas em Sessin-Dilascio et al., 2015).

Finalmente, as comunidades tradicionais precisam ser incluídas no processo de gestão de áreas protegidas, o que implica não apenas a previsão na lei de conselhos participativos, mas também a instituição de ações que motivem e permitam a participação. Além disso, a gestão destas áreas é responsável por auxiliar as comunidades na reorganização das atividades que foram uma vez proibidas com a criação da unidade de

conservação. No caso, para as comunidades deste estudo são oferecidas possibilidades de participação - esta é a dimensão processual da Justiça Ambiental (Sikor, 2013).

Graças à capacidade de adaptação, a comunidade não apenas se moldou à nova realidade socioeconômica, mas, além disso, pode garantir a sobrevivência de sua cultura em certa medida. De maneira que, eles pudessem negociar as condições com a administração do PEIC, ou seja, a comunidade ganhou capacidade de governança. A capacidade adaptativa foi inicialmente apoiada pelo governo, que não apenas favorecia a preservação dos recursos naturais, mas também auxiliava a comunidade a melhorar sua capacidade de governança.

Em resumo, na cogestão adaptativa os membros da comunidade puderam se organizar, estabelecer regras de gestão ambiental do parque e monitorar o cumprimento das regras. Eles puderam construir redes para a gestão do parque centralizadas no conselho (Schröter et al., 2014, Sattler e Schröter, 2015; Sattler et al., 2015; Sattler et al., 2016).

No entanto, alguns problemas quanto ao cumprimento das regras do turismo já apareceram na comunidade, desde o estabelecimento da cogestão em 1998. Embora o cumprimento das regras e a colaboração para o monitoramento ainda aconteçam, restrições nas atividades turísticas são ainda difíceis para os membros da comunidade. Uma vez que o número de turistas recebidos foi congelado, os membros antigos da comunidade, que já tinham maior disponibilidade de receber turistas tiveram maior vantagem no início dos arranjos. Isso gerou um desconforto, principalmente para as novas famílias que se formaram após o estabelecimento das regras, que acabam recebendo menor quantidade de turistas. De tempos em tempos, essa desigualdade causa conflitos entre os residentes, fazendo com que alguns busquem outras

possibilidades para aumentar a renda. A necessidade de expansão dos empreendimentos turísticos é outro conflito eminente que o parque terá que enfrentar. Estas mudanças serão um teste de prova para a cogestão adaptativa estabelecida.

Além de tudo, a auto-organização da comunidade também sofre algumas provas. Por exemplo, durante os anos de 2009 e 2012 o presidente eleito da AMOMAR estava engajado em representar seus próprios interesses nas reuniões do conselho. Os interesses da comunidade foram, assim, deixados em segundo plano. As reuniões de diretoria e assembleias da AMOMAR raramente aconteciam. Durante este período a comunidade tentava resolver seus problemas por outros caminhos que não envolviam a AMOMAR. Isso enfraqueceu a confiança da comunidade nesta instituição e diminuiu a ligação entre os comunitários, enfraquecendo o capital social da comunidade e os mecanismos de auto-organização da Comunidade de Marujá.

A colaboração com o conselho do parque também variou muito durante os anos subsequentes a 1998. A participação dos membros do conselho varia de acordo com a habilidade do diretor do parque em manter a motivação dos representantes e facilitar sua participação. Um dos mecanismos que reforçaram a cogestão adaptativa foi a rotação das reuniões do conselho entre as comunidades e também o suporte para a participação, como provisão de combustível para os barcos e alimentação para as reuniões mais longas. A tomada de decisão no conselho também depende da postura do diretor do parque. Ela pode ser consultiva, como prevista no SNUC, ou deliberativa. Sendo assim, a cogestão da comunidade com a administração do parque continua a ser uma instituição informal.

Certos componentes da cogestão adaptativa do parque ainda são frágeis. A força das lideranças varia, assim como as instituições não trabalham da mesma

forma para manter a manutenção da polissemia do conselho. A liderança formal da Comunidade de Marujá muda de dois em dois anos, quando ocorrem as eleições da AMOMAR. O engajamento da representação comunitária varia. O mesmo acontece para a administração do parque que mudou frequentemente durante os últimos anos, especialmente após 2008. Os diretores que assumiram tomaram diferentes caminhos de trabalho com as decisões do conselho.

O processo de cogestão adaptativa e de governança do parque está estreitamente ligado ao comportamento individual dos representantes das instituições envolvidas, e não está claro se a motivação poderá ser mantida e como isso será feito. Além disso, com a proibição das atividades caiçaras pelo parque e a adoção do turismo como alternativa econômica, os comunitários tornaram-se dependentes do turismo. Quem irá garantir que a demanda por turismo irá se manter constante? E como a comunidade se adaptará a estas novas ameaças?

O estudo de caso da cogestão adaptativa da Comunidade de Marujá mostra que não existe posição fixa para as categorias de cogestores adaptativos, assim como atores cooperantes e espectadores impotentes. A maneira como os atores agem em um processo de gestão pode mudar de acordo com situações internas e externas.

## Conclusões

Os residentes da Comunidade de Marujá passaram de espectadores impotentes a cogestores adaptativos, quando conseguiram lidar com as duas principais ameaças a seu modo de vida. Primeiro, existia a situação contraditória de comunidades tradicionais vivendo em um parque estadual e a dúvida se as pessoas poderiam respeitar as regras de conservação ou prejudicar o meio ambiente. Segundo, existia o problema do turismo e dos problemas causados por ele ao sistema ecológico da ilha. A

comunidade foi proibida de usar os recursos naturais do parque, e apenas o turismo foi permitido, como uma forma mais silenciosa de uso da natureza.

A comunidade conseguiu responder a estas ameaças, adaptando-se com ajuda externa. A gestão do parque auxiliou neste processo a partir da introdução de formas participativas de negociação e decisão das regras por meio da estratégia de cogestão adaptativa. Nesta estratégia estavam inseridos mecanismos de aprendizagem social, fortalecimento do capital social, negociação participativa e deliberativa da tomada de decisão sobre as regras do parque através do conselho, o plano de manejo participativo e a institucionalização da organização comunitária (*bottom-up*) através da criação da AMOMAR.

A cogestão adaptativa pode ser a melhor prática de gestão para lidar com conflitos entre os objetivos de uma área de proteção e as comunidades que vivem em seu território. Implicações para pesquisas futuras poderiam se concentrar em estudos de longo prazo para a fase de monitoramento do processo de cogestão adaptativa, assim como o estudo de outras dimensões da justiça ambiental.

## Agradecimentos

Agradecemos a administração do parque, a Fundação Florestal (FF) e do Escritório de Coordenação de Informação Técnica Ambiental, Documentação e Pesquisa (COTEC) pela disponibilização dos dados e suporte de campo. Agradecemos também à Comunidade de Marujá pela sua recepção calorosa e disponibilidade para apoiar a nossa investigação e constantemente responder às nossas perguntas e dúvidas. Esta pesquisa foi financiada pelo 7th Framework Program da União Européia, através do projeto *CiVi.net - the capacity of civil society organizations and their networks in community-based environmental management*, sob o contrato ID 282750.

## Declaração de conflitos de interesse

Os autores declaram não haver conflitos de interesse.

## Referências

- Abakerli, S. A critique of development and conservation policies in environmentally sensitive regions in Brazil. **Geoforum**, v. 32, n. 4, p. 551-565, 2001. [https://doi.org/10.1016/S0016-7185\(01\)00015-X](https://doi.org/10.1016/S0016-7185(01)00015-X)
- Adams, C. **Caiçaras na Mata Atlântica: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental**. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2000.
- Agrawal, A.; Gibson, C. C. Enchantment and disenchantment: the role of community in natural resource conservation. **World Development**, v. 27, n. 4, p. 629-649, 1999. [https://doi.org/10.1016/S0305-750X\(98\)00161-2](https://doi.org/10.1016/S0305-750X(98)00161-2)
- Andersen, D. C.; Shafroth, P. B. Beaver dams, hydrological thresholds, and controlled floods as a management tool in a desert riverine ecosystem, Bill Williams River, Arizona. **Ecohydrology**, v. 3, n. 3, p. 325-338, 2010. <https://doi.org/10.1002/eco.113>
- Andersson, K. P.; Ostrom, E. Analyzing decentralized resource regimes from a polycentric perspective. **Policy Sciences**, v. 41, n. 1, p. 71-93, 2008. <https://doi.org/10.1007/s11077-007-9055-6>
- Puppim de Oliveira, J. A. Implementing environmental policies in developing countries through decentralization: the case of protected areas in Bahia, Brazil. **World Development**, v. 30, n. 10, p. 1713-1736, 2002. [https://doi.org/10.1016/S0305-750X\(02\)00067-0](https://doi.org/10.1016/S0305-750X(02)00067-0)
- Armitage, D.; Marschke, M.; Plummer, R. Adaptive co-management and the paradox of learning. **Global Environmental Change**, v. 18, n. 1, p. 86-98, 2002. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2007.07.002>
- Arruda, R. "Populações tradicionais" e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & Sociedade**, n. 5, p. 79-92, 1999. <https://doi.org/10.1590/S1414-753X1999000200007>
- Bache, I.; Flinders, M. **Multi-level governance**. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- Bailey, K. **Methods of social research**. New York: Simon and Schuster, 2008.
- Benatti, J. H.; McGrath, D. G.; Mendes de Oliveira, A. C. Políticas públicas e manejo comunitário de recursos naturais na Amazônia. **Ambiente & Sociedade**, n. 6, p. 137-154, 2003. <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2003000300009>
- Berg, B. L. **Methods for the social sciences**. United States of America: Pearson Education, 2004.
- Berkes, F. Evolution of co-management: Role of knowledge generation, bridging organizations and social learning. **Journal of Environmental Management**, v. 90, n. 5, p. 1692-1702, 2009. <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2008.12.001>
- Berkes, F.; George, P. J.; Preston, R. J. Co-management: the evolution in theory and practice of the joint administration of living resources. **Alternatives**, v. 5, n. 18, p. 12-18, 1991.
- Bisaro, A.; Hinkel, J.; Kranz, N. Multilevel water, biodiversity and climate adaptation governance: evaluating adaptive management in Lesotho. **Environmental Science & Policy**, v. 13, n. 7, p. 637-647, 2010. <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2010.08.004>
- Bockstael, E.; Bahia, N. C. F.; Seixas, C. S.; Berkes, F. Participation in protected area management planning in coastal Brazil. **Environmental Science & Policy**, v. 60, p. 1-10, 2016. <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2016.02.014>
- Brandon, K. People, parks, forests or fields. **Land Use Policy**, v. 12, n. 2, p. 137-144, 1995. [https://doi.org/10.1016/0264-8377\(94\)00013-P](https://doi.org/10.1016/0264-8377(94)00013-P)
- Browne, K. Snowball sampling: using social networks to research non-heterosexual women. **International Journal of Social Research Methodology**, v. 8, n. 1, p. 47-60, 2005. <https://doi.org/10.1080/1364557032000081663>
- Campolim, M. B.; Parada, I. S.; Yamaoka, J. G. Gestão participativa da visitação pública na Comunidade do Marujá - Parque Estadual da Ilha do Carodoso. **IF Série Registros**, v. 33,



- p. 39-49, 2008. Disponível em: <[http://www.iflorestal.sp.gov.br/RIF/SerieRegistros/IFSR33/IFSR33\\_39-49.pdf](http://www.iflorestal.sp.gov.br/RIF/SerieRegistros/IFSR33/IFSR33_39-49.pdf)>. Acesso em: 23 jul. 2017.
- Carlsson, L.; Berkes, F. Co-management: concepts and methodological implications. **Journal of Environmental Management**, v. 75, n. 1, p. 65-76, 2008. <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2004.11.008>
- Cox, M.; Arnold, G.; Villamayor Tomás, S. A review of design principles for community-based natural resource management. **Ecology and Society**, v. 15, n. 4, 2010. Disponível em: <<https://www.ecologyandsociety.org/vol15/iss4/art38/ES-2010-3704.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2017.
- Pimentel, D. S.; Magro, T. C. The symbolic sphere and social representations of Serra da Tiririca State Park, Rio de Janeiro, Brazil. **Sociedade & Natureza**, v. 23, n. 2, p. 275-283, 2011. <https://doi.org/10.1590/S1982-45132011000200010>
- Diegues, A. C. O mundo caiçara: o olhar do pesquisador. In: Diegues, A. C. (Ed.). **Enciclopédia Caiçara**. São Paulo: Hucitec, 2004. v. 1. p. 9-13.
- Diegues, A. C.; Nogara, P. **O nosso lugar virou parque**: um estudo sócio-ambiental do Saco do Mamangá - Paraty (RJ). 3 ed. São Paulo: Nupaup/USP, 2005.
- Diegues, A. C.; Vianna, V. M. **Conflitos entre populações humanas e Unidades de Conservação e Mata Atlântica**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Nupaup, 1995.
- Dowie, M. Conservation refugees: when protecting nature means kicking people out. **Orion**, v. 24, n. 6, p. 6-12, 2006. Disponível em: <<https://www.grain.org/article/entries/545-conservation-refugees-when-conservation-means-kicking-people-out.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2017.
- Fabricius, C.; Folke, C.; Cundill, G.; Schultz, L. Powerless spectators, coping actors, and adaptive co-managers: a synthesis of the role of communities in ecosystem management. **Ecology and Society**, v. 12, n. 1, 2007. Disponível em: <<https://www.ecologyandsociety.org/vol12/iss1/art29/ES-2007-2072.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2017.
- Fenno, R. F. Observation, context and sequence in the study of politics. **American Political Science Review**, v. 80, n. 1, p. 3-15, 1986. <https://doi.org/10.2307/1957081>
- Folke, C.; Carpenter, S.; Elmqvist, T.; Gunderson, L.; Holling, C. S.; Walker, B. Resilience and sustainable development: building adaptive capacity in a world of transformations. **AMBIO**, v. 31, n. 5, p. 437-440, 2002. <https://doi.org/10.1579/0044-7447-31.5.437>
- Folke, C.; Fabricius, C.; Cundill, G.; Schultz, L. Communities, ecosystems and livelihoods. In: Capistrano, D.; Samper, C.; Lee, M.; Raudsepp-Hearne, C. (Eds.). **Ecosystems and human well-being: multiscale assessments**. Washington, D.C.: Island Press, 2005. v. 4. p. 261-277.
- Fraser, E. D. G.; Dougill, A. J.; Mabee, W. E.; Reed, M.; McAlpine, P. Bottom up and top down: analysis of participatory processes for sustainability indicator identification as a pathway to community empowerment and sustainable environmental management. **Journal of Environmental Management**, v. 78, n. 2, p. 114-127, 2006. <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2005.04.009>
- Gadelha, C. **Proibido trabalhar**: problema socioambiental dos filhos da Ilha do Cardoso/SP. Campinas: Universidade de Campinas, 2008. (Tese de doutorado).
- Goodman, L. A. Snowball sampling. **The Annals of Mathematical Statistics**, v. 32, n. 1 p. 148-170, 1961. Disponível em: <[https://projecteuclid.org/download/pdf\\_1/euclid.aoms/1177705148](https://projecteuclid.org/download/pdf_1/euclid.aoms/1177705148)>. Acesso em: 23 jul. 2017.
- Gruber, J. S. Key principles of community-based natural resource management: a synthesis and interpretation of identified effective approaches for managing the commons. **Environmental Management**, v. 45, n. 1, p. 52-66, 2010. <https://doi.org/10.1007/s00267-008-9235-y>
- Idrobo, C. J.; Davidson-Hunt, I. J.; Seixas, C. S. Produced natures through the lens of biodiversity conservation and tourism: the Ponta Negra Caiçara in the Atlantic Forest Coast of Brazil. **Local Environment**, v. 21, n. 9, p. 1132-1150, 2016. <https://doi.org/10.1080/13549839.2015.1075479>
- Jones, N.; Clark, J. R. A.; Panteli, M.; Proikaki, M.; Dimitrakopoulos, P. G. Local social capital and the acceptance of Protected Area policies: an empirical study of two Ramsar River Delta ecosystems in Northern Greece. **Journal of Environmental Management**, v. 96, n. 1, p. 55-63, 2012. <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2011.10.012>

- Kuckartz, U. **Qualitative text analysis: a guide to methods, practice and using software**. Thousand Oaks: Sage, 2014.
- Lamnek, S. **Qualitative Sozialforschung**. Weinheim: Beltz Psychologie Verlags Union, 1995.
- Parada, I. S. Mudanças socioambientais de comunidades caiçaras do Parque Estadual da Ilha do Cardoso. In: Diegues, A. C. (Ed.). **Enciclopédia caiçara**. São Paulo: Hucitec, 2004. v. 1. p. 253-262.
- Lima, G. S.; Ribeiro, G. A.; Gonçalves, W. Avaliação da efetividade de manejo das unidades de conservação de proteção integral em Minas Gerais. **Revista Árvore**, v. 29, n. 4, p. 647-653, 2005. <https://doi.org/10.1590/S0100-67622005000400017>
- Mahoney, J. Path dependence in historical sociology. **Theory and Society**, v. 29, n. 4, p. 507-548, 2000.
- March, J. G.; Olsen, J. P. The new institutionalism: organizational factors in political life. **American Political Science Review**, v. 78, n. 3, p. 734-749, 1984. <https://doi.org/10.2307/1961840>
- Marinho, M. **Territorialidade e governança em áreas protegidas: o caso da Comunidade do Marujá, no Parque Estadual da Ilha do Cardoso (Cananeia, SP)**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013. (Tese de doutorado).
- Matta, J. R.; Alavalapati, J. R. R. Perceptions of collective action and its success in community based natural resource management: an empirical analysis. **Forest Policy and Economics**, v. 9, n. 3, p. 274-284, 2006. <https://doi.org/10.1016/j.forpol.2005.06.014>
- Mittermeier, R. A.; Fonseca, G. A. B.; Rylands, A. B.; Brandon, K. Uma breve história da conservação da biodiversidade no Brasil. **Megadiversidade**, v. 1, n. 1, p. 14-21, 2005.
- Nordlund, L. M.; Kloiber, U.; Carter, E.; Riedmiller, S. Chumbe Island Coral Park: governance analysis. **Marine Policy**, v. 41, p. 110-117, 2013. <https://doi.org/10.1016/j.marpol.2012.12.018>
- North, D. C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- North, D. C. Institutions. **The Journal of Economic Perspectives**, v. 5, n. 1, p. 97-112, 1991.
- Ostrom, E. **Governing the commons: the evolution of institutions for collective action**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1990.
- Ostrom, E. A diagnostic approach for going beyond panaceas. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 104, n. 39, p. 15181-15187, 2007. <https://doi.org/10.1073/pnas.0702288104>
- Ostrom, E.; Basurto, X. Crafting analytical tools to study institutional change. **Journal of Institutional Economics**, v. 7, n. 3, p. 317-343, 2011. <https://doi.org/10.1017/S1744137410000305>
- Paavola, J. Explaining multi-level environmental governance. Leeds: University of Leeds, 2008. (SRI Papers, 10). Disponível em: <[https://www.see.leeds.ac.uk/fileadmin/Documents/research/sri/workingpapers/SRIPs-10\\_01.pdf](https://www.see.leeds.ac.uk/fileadmin/Documents/research/sri/workingpapers/SRIPs-10_01.pdf)>. Acesso em: 23 jul. 2017.
- Peters, B. G. **Institutional theory in political science**. The new institutionalism. London: Wellington House, 1999.
- Reed, M. S.; Graves, A.; Dandy, N.; Posthumus, H.; Hubacek, K.; Morris, J.; Prell, C.; Quinn, C.; Stringer, L. C. Who's in and why? a typology of stakeholder analysis methods for natural resource management. **Journal of Environmental Management**, v. 90, n. 5, p. 1933-1949, 2009. <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2009.01.001>
- Rodrigues, C. L. **Limites do consenso: territórios polissêmicos na Mata Atlântica e a gestão ambiental participativa**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001. (Tese de doutorado).
- Rylands, A. B.; Brandon, K. Unidades de conservação brasileiras. **Megadiversidade**, v. 1, n. 1, p. 27-35, 2005.
- Santilli, J. **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo: Peirópolis, 2005.
- Sattler, C.; Schröter, B. Living by strict rules: co-management as a way to prevent eviction from a conservation area: the case of the Marujá Community in Brazil. **Solutions**, v. 6, n. 3, p. 58-66, 2015. Disponível em: <<https://www.thesolutionsjournal.com/article/living-by-strict-rules-co-management-as-a-way-to-prevent-eviction-from-a-conservation-area-the-case-of-the-maruja-community-in-brazil/>>. Acesso em: 23 jul. 2017.

- Sattler, C.; Schröter, B.; Jericó-Daminello, C.; Sessin-Dilascio, K.; Meyer, C.; Matzdorf, B.; Giersch, G. Understanding governance structures in community management of ecosystems and natural resources: the Marujá case study in Brazil. **Ecosystem Services**, v. 16, p. 182-191, 2015. <https://doi.org/10.1016/j.ecoser.2015.10.015>
- Sattler, C.; Schröter, B.; Meyer, A.; Giersch, G.; Meyer, C.; Matzdorf, B. Multilevel governance in community-based environmental management: a case study comparison from Latin America. **Ecology and Society**, v. 21, n. 4, 2016. <https://doi.org/10.5751/ES-08475-210424>
- Schröter, B.; Sessin-Dilascio, K.; Meyer, C.; Matzdorf, B.; Sattler, C.; Meyer, A.; Giersch, G.; Jericó-Daminello, C.; Wortmann, L. Multi-level governance through adaptive co-management: conflict resolution in a Brazilian state park. **Ecological Processes**, v. 3, n. 1, 2014. <https://doi.org/10.1186/2192-1709-3-6>
- Sessin-Dilascio, K.; Prager, K.; Irvine, K. N.; Almeida Sinisgalli, P. A. The dynamics of co-management and social capital in protected area management: the Cardoso Island State Park in Brazil. **World Development**, v. 67, p. 475-489, 2015. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2014.11.004>
- Sikor, T. (Ed.). **The justices and injustices of ecosystems services**. London: Routledge, 2013.
- Suich, H. The effectiveness of economic incentives for sustaining community based natural resource management. **Land Use Policy**, v. 31, p. 441-449, 2013. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2012.08.008>
- Thelen, K. Historical institutionalism in comparative politics. **Annual Review of Political Science**, v. 2, n. 1, p. 369-404, 1999. <https://doi.org/10.1146/annurev.polisci.2.1.369>
- Vatn, A. An institutional analysis of payments for environmental services. **Ecological Economics**, v. 69, n. 6, p. 1245-1252, 2010. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2009.11.018>
- Willems, E. **A Ilha de Búzios, uma comunidade caiçara no sul do Brasil**. São Paulo: Nupaub/CEC, Hucitec, 2003.
- WWF-Brasil; ICMBio. **Efetividade da gestão das unidades de conservação federais do Brasil: resultados de 2010**. Brasília: WWF-BRASIL; ICMBio, 2012. Disponível em: <[http://observatorio.wwf.org.br/site\\_media/upload/gestao/documentos/Rappam\\_federal\\_2010.pdf](http://observatorio.wwf.org.br/site_media/upload/gestao/documentos/Rappam_federal_2010.pdf)>. Acesso em: 23 jul. 2017.



Informação da Licença: Este é um artigo Open Access distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Attribution, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.